



PROCESSO Nº: 24.008/2013 A

APENSOS NºS: 040.001.811/13 (11 volumes) e 040.001.165/13 (1 volume)

JURISDICIONADA: Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos)

ASSUNTO: Tomada de Contas Anual - TCA – Exercício de 2012

PARECER: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima

EMENTA: Tomada de Contas Anual – TCA. Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos) Exercício financeiro de 2012. Montante em exame: R\$ 740.061.725,41. Controle Interno pela regularidade das contas, com ressalvas. Exame inicial. Unidade técnica sugere que sejam julgadas regulares as contas anuais de alguns responsáveis e regulares com ressalvas as contas de outros. Determinações. Arquivamento. Parecer ministerial parcialmente convergente: O *Parquet* pugna pela convocação de audiência dos gestores em face das irregularidades tratadas nos subitens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.10. Voto convergente para a unidade técnica: Contas regulares e regulares com ressalvas. Acórdão. Arquivamento.

RELATÓRIO

Tratam os autos da Tomada de Contas Anual - TCA - dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos), referente ao exercício financeiro de 2012.



No período ao qual se referem estas contas anuais os responsáveis pela jurisdicionada foram:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Marcelo Piancastelli de Siqueira	Secretário de Estado	1/1 a 3/9/12
Ronaldo Camilo	Secretário de Estado – Respondendo	4/9 a 12/9/12
Adonias dos Reis Santiago	Secretário de Estado	13/9 a 31/12/12
Eunice de Oliveira Ferreira Santos	Chefe da Unidade de Administração Geral*	1/1 a 31/12/12
Paulo Santos de Carvalho	Subsecretário do Tesouro	1/1 a 31/12/12
Adão Nunes da Silva	Subsecretário do Tesouro – Substituto	23/2 a 8/3/12 10/9 a 24/9/12

Fonte: Demonstrativos de fls. 25-34 do Apenso nº 040.001.811/13.

* O cargo de Chefe da Unidade de Administração Geral passou a denominar-se Subsecretário de Administração Geral por conta do Decreto nº 33.679 de 25/5/12.

AGENTE DE MATERIAL

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Rufino José Batista	Chefe do Núcleo de Almoxarifado	1/1 a 31/12/12

Fonte: Demonstrativo de fl. 35 do Apenso nº 040.001.811/13.

RESPONSÁVEL POR BENS APREENDIDOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Márcia Pacheco Laboissieire	Chefe do Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos	1/1 a 23/9/12



NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
José Roberto Leitão e Silva Júnior	Chefe do Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos	24/9 a 31/12/12

Fonte: Demonstrativo de fls. 13/14 do Apenso nº 040.001.165/13.

A unidade técnica, por meio da Informação nº 339/2015 (fls.66/78), analisou a TCA nos termos a seguir transcritos:

EXAME FORMAL

3.1. DOCUMENTAÇÃO DA TCA (PT – I, fls. 54-55).

- ☒ Atendeu plenamente às exigências da legislação pertinente.
- ☐ Não atendeu às exigências da legislação pertinente.
- ☐ Atendeu parcialmente às exigências da legislação pertinente.

3.2. PRAZO DE ENTREGA

- AO TCDF: Controlado no Processo nº 24.776/13.

4. PRONUNCIAMENTO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

4.1. ORGANIZADOR DA TOMADA DE CONTAS (fls. 4-23 do Apenso nº 040.001.811/13 e fls. 4-11 do Apenso nº 040.001.165/13)

- ☐ Não foi apresentado.
- ☒ Não apontaram a existência de impropriedades.
- ☐ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

4.1.1. Saliente-se que existem dois relatórios dos organizadores destas contas anuais porque elas incluem o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos.



4.2. SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE (fls. 1756-1762 do Apenso nº 040.001.811/13 e fl. 233 do Apenso nº 040.001.165/13)

- ☐ Não foi apresentado.
- ☐ Não apontou a existência de impropriedades.
- ☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

4.2.1. O Relatório concernente ao Depósito de Bens Apreendidos (fl. 233 do Apenso nº 040.001.165/13) não indicou impropriedades pendentes.

4.2.2. O Relatório atinente à SEF (fls. 1756-1762 do Apenso nº 040.001.811/13) apontou uma série de impropriedades contábeis de pouca gravidade, que não devem macular estas contas, pelos seguintes motivos:

a) em sua maioria, tratam de valores pouco expressivos relacionados a saldos contábeis que são sistematicamente acompanhados pela Subsecretaria de Contabilidade. Portanto, não possuem relevância suficiente para influenciar o juízo acerca do mérito desta TCA;

b) há saldos em contas contábeis de controle que não afetam a situação patrimonial da Secretaria, cuja baixa já fora requerida pela Subsecretaria de Contabilidade;

c) as contas de restos a pagar e de responsabilizações foram abordadas com mais detalhe pelo Controle Interno nos subitens 5.1 a 5.3 do Relatório de Auditoria nº 07-2014/DIRFI/CONAE/CONT-STC, cujo exame se encontra no PT II (fls. 56-63) e no parágrafo 4.4 desta informação.



4.3. COORDENAÇÃO GERAL DE PATRIMÔNIO (fls. 363-366 do Apenso nº 040.001.811/13)

- ☐ Não foi apresentado
☐ Não apontou a existência de impropriedades
☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização

4.3.1. Quanto ao Relatório – Bens Móveis nº: 002/2013 (fls. 363-364 do Apenso nº 040.001.811/13), não restaram pendências, pois o bem não localizado foi encontrado (fl. 375 do referido apenso) e os bens apurados em TCE encontram-se em normal apuração.

4.3.2. No tocante ao Relatório – Bens Imóveis nº: 002/2013 (fls. 365-366 do Apenso nº 040.001.811/13), restaram pendentes: a) imóvel TEI nº 2.185/11 ocupado irregularmente por terceiros; b) imóvel TEI nº 4.143/11 cercado, mas sem placa de identificação; e c) imóvel não regularizado.

4.3.3. Em resposta, a SEF apresentou (fls. 375-376 do mencionado apenso) que: a) quanto ao imóvel utilizado por terceiros, medidas para retomada de posse do imóvel foram adotadas, posto já existir sentença judicial neste sentido. Também, haverá novo acionamento da RA Núcleo Bandeirante para proceder à desocupação; b) solicitou-se à Gerência de Engenharia afixar placa de propriedade no imóvel não identificado; e c) a Galeria Subterrânea Leste não fora regularizada, ainda, porque não se encontra destinada em definitivo à SEF.

4.3.4. Assim, entendemos que as impropriedades se encontram equacionadas e que os fatos não possuem relevância suficiente para macular o mérito desta TCA. Vale destacar que a matéria é apontada pelo Controle Interno nos subitens 4.1 e 4.2 do Relatório



de Auditoria nº 07-2014/DIRFI/CONAE/CONT-STC, cujo exame se encontra no PT II (fls. 56-63).

4.4. CONTROLADORIA

4.4.1. RELATÓRIO/CERTIFICADO DE AUDITORIA (fls. 2568-2590v e 2597-2598 do Apenso nº 040.001.811/13)

- ☐ Regularidade
- ☒ Regularidade com ressalvas
- ☐ Irregularidade

4.4.2. O Controle Interno do Distrito Federal concluiu o Certificado de Auditoria nº 97/2014 – COMITÊ/CONT/STC nos seguintes termos (fl. 2597v do Apenso nº 040.001.811/13):

“O Comitê de Certificação, mediante as falhas formais 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.10, 2.11, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.7, 4.1, 4.3, 4.4, 4.6, 5.2, 5.3, e as falhas médias 1.1, 2.8, 2.9, 4.2, 4.5 e 4.7, contidas no Relatório de Auditoria nº 07/2014 – DIRFI/CONAE/CONT/STC, emite o Certificado de Auditoria de Regularidade com Ressalvas”.

4.4.3. Pelos motivos expostos no PT II (fls. 56-63), divergimos do Controle Interno, por entendermos que o constatado nos subitens “1.1 - Deficiência no planejamento orçamentário”, “2.1 - Ateste de execução contratual anterior à emissão de notas fiscais”, “2.5 - Acompanhamento e fiscalização incipiente por parte dos executores”, “2.6 - Ordens de serviço encerradas sem anuência dos demandantes dos serviços”, “2.7 - Inconsistências no processo referente à realização do evento denominado ‘IV Fórum da Subsecretaria da Receita’, “2.8 - Locação de equipamentos e contratação de serviços em desacordo com as reais necessidades



da unidade”, “2.11 - Ateste e quitação de fatura desacompanhada de documentações comprobatórias de não atendimento aos resultados exigidos”, “3.1 - Pagamento indevido de auxílio creche”, “3.2 - Ausência de declarações de não acumulação de cargos ou empregos públicos”, “3.3 - Ausência de comprovantes de quitação eleitoral nas pastas funcionais”, “3.4 - Intempestividade dos atos necessários para escolha dos conselheiros do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal – TARF/DF e em suas designações”, “4.1 - Ausência de placa de identificação em imóvel pertencente ao acervo da SEF”, “4.2 - Ocupação irregular de imóvel da SEF”, “4.4 - Uso indevido de veículos pertencentes à frota da SEF”, “4.5 - Multa aplicada à SEF advinda da ausência de identificação do condutor do veículo”, “5.2 - Ausência de baixa na conta contábil 112299900 – Outras Responsabilidades em Apuração” e “5.3 - Restos a Pagar Processados inscritos como Restos a Pagar Não Processados” não influenciam o mérito desta TCA.

4.4.4. Concordamos com o Controle Interno que os subitens indicados no quadro a seguir devem implicar ressalvas às contas dos responsáveis ali indicados, por tratarem de falhas importantes.

SUBITEM	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
2.2	Emissão de notas fiscais antecipadamente à prestação dos serviços	a) Marcelo Piancastelli de Siqueira;
2.3	Ausência de datas nos atestes de notas fiscais	b) Adonias dos Reis Santiago; c) Eunice de Oliveira Ferreira Santos.
2.4	Ateste e quitação de faturas de serviços não contratados	a) Marcelo Piancastelli de Siqueira;



2.9	Utilização de itens fora da ata de registro de preços	b) Eunice de Oliveira Ferreira Santos.
2.10	Ateste e pagamento de faturas desacompanhadas de relatórios mensais	
4.3	Fragilidade nos controles de entrada e saída de veículos	
3.7	Ausência de informações nas atas de reunião do TARF/SEF/DF	a) Marcelo Piancastelli de Siqueira; b) Paulo Santos de Carvalho.
4.6	Veículos com pendências junto ao DETRAN/DF	a) Eunice de Oliveira Ferreira Santos.
4.7	Multas de trânsito pendentes de pagamento	

4.5. RELATÓRIO SOBRE A EFICÁCIA E A EFICIÊNCIA (fls. 2591-2595 do Apenso nº 040.001.811/13)

4.5.1. O Controle Interno do Distrito Federal examinou o desempenho da Unidade, por meio do Relatório de Eficácia e Eficiência nº 05/2014 – DIRFI/CONAE/CONT, nos seguintes termos:

GESTÃO	EFICÁCIA	EFICIÊNCIA
Orçamentária	Eficaz	Razoavelmente eficiente
Financeira	Eficaz	Eficiente
Contábil	Razoavelmente eficaz	Eficiente
Patrimonial	Razoavelmente eficaz	Eficiente

5.1. O item 2.2 desta instrução contém o rol dos responsáveis no período em exame. Registre-se que a documentação relacionada à gestão de materiais encontra-se às fls. 410-483 do Apenso nº 040.001.811/13.



5.2.O Relatório da Comissão Inventariante (fls. 414-415 do referido apenso) não apontou quaisquer impropriedades na gestão, razão pela qual não há medidas a serem adotadas pela Corte.

6. SUPRIMENTOS DE FUNDOS

6.1.O demonstrativo de fl. 234 do Apenso nº 040.001.811/13 indica que não houve a concessão de suprimentos de fundos na SEF em 2012.

7. ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO

7.1. PROCESSOS COM INFLUÊNCIA NO JULGAMENTO DAS CONTAS

7.1.1. Em consulta ao e-TCDF, não identificamos processos que, no momento, influenciem o mérito das presentes contas ou que justifiquem sobrestar o julgamento desta TCA.

7.2. SITUAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS ANTERIORES

7.2.1. Nos assentamentos desta Corte, verificamos que as TCAs da SEF referentes aos exercícios anteriores, relativamente ao seu julgamento, encontram-se na seguinte situação:

EXERCÍCIO	PROCESSO	COMENTARIOS
2006	18.058/2008	Contas aguardando o exame das razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis, em face das Decisões nºs 4367/2013 e 6267/2014.
2007	38.407/2008	Contas aguardando apreciação de audiência ante a possibilidade de julgamento irregular das contas (Decisão nº 3.135/15).
2008	28.239/2010	Julgamento sobrestado até o desfecho dos Processos nºs 43.103/2009, 43.138/2009, 43.421/2009, 43.430/2009 e 11.390/2011,



		conforme Decisão nº 2.336/2013.
2009	33.679/2011	Contas aguardando apreciação de audiência ante a possibilidade de julgamento irregular das contas (Decisão nº 2.534/15).
2010	3.361/2012	Contas aguardando apreciação da diligência determinada pela Decisão n.º 1.546/2013, com proposição de audiência ante a possibilidade de julgamento irregular das contas.
2011	10.894/12	Contas em exame inicial, com proposição de julgamento regular e regular com ressalvas.

7.3. DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PENDENTES DE ATENDIMENTO

7.3.1. Às fls. 1-4 dos autos, inseriu-se quadro relativo ao Relatório Analítico e Parecer Prévio às contas do Sr. Governador de 2012. Nele, encontram-se sugestões de ressalvas relacionadas à SEF, quais sejam: “Descumprimento da meta fiscal de resultado primário, fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012”; “Ausência de metodologia para avaliar o custo/benefício das renúncias de receita e de outros incentivos fiscais”; “Inclusão, no orçamento local, de novos projetos sem que estivessem adequadamente atendidos programas de trabalho constantes do Demonstrativo de Projetos em Andamento, bem como despesas com conservação do patrimônio público”; “Repasses à Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Fundo de Apoio à Cultura em montantes inferiores à dotações mínimas exigidas pelos arts. 195 e 246, § 5º, da LODF”; “Registro parcial de dívidas de unidades do GDF com concessionárias de serviço público”; e “Inconsistências nos saldos de precatórios e da dívida ativa e na apropriação de provisões para concessão de benefícios previdenciários pelo Iprev/DF”. Assim, entendemos que a matéria deverá implicar ressalva às contas dos titulares da SEF, quais sejam os Srs. Marcelo Piancastelli de Siqueira e Adonias dos Reis Santiago.



7.3.2. Consta da Informação nº 325/2013 – SECONT/1ª DICONT, cópia parcial vista às fls. 5-8, recomendação para que se avaliasse o reflexo sobre estas contas anuais da ocorrência referente ao item 44 – AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO SOBRE O USO DE LICENÇAS ORACLE (PROCESSO 040.002.371/2009 – UNIMIX) do TERMO DE AUDIÊNCIA COM O AUDITADO Nº 06/2011-DIRAS/CONT, cópia parcial vista às fls. 9-11.

7.3.3. A questão posta diz respeito à possibilidade de a SEF/DF vir a ser acionada em face da utilização temporária de licenças Oracle “passíveis de regularização”, ainda que a Secretaria objetivasse reduzir, paulatinamente, o uso dessas licenças para se alcançar o quantitativo de 32 contratadas. No entanto, os trabalhos de auditoria referentes a estas contas anuais não apontaram qualquer irregularidade sobre a matéria, como se verifica na leitura do Relatório de Auditoria nº 07/2014 – DIRFI/CONAE/CONT/STC, fls. 2568-2590v do Apenso nº 040.001.811/13.

7.3.4. No mesmo sentido – no Processo de Sindicância instaurado para apurar, dentre outros, a regularidade das licenças em questão – manifestou-se a Comissão de Sindicância em seu Relatório Final de fls. 28-50, sugerindo o arquivamento do processo, o que foi acolhido pelo Corregedor-Chefe da Unidade de Corregedoria Fazendária da SEF.

7.3.5. Ante essas considerações, entendemos que a ocorrência em comento não deve influenciar as presentes contas.

7.4. DEMONSTRATIVOS DE TCEs (fls. 484-496 do Apenso nº 040.001.811/13)



7.4.1. Às fls. 488-491 do Apenso nº 040.001.811/13, há demonstrativos das TCEs que se encontravam em andamento ao tempo da tomada destas contas anuais. Portanto, sobre elas não há medidas a serem adotadas.

7.4.2. Às fls. 495-496 do mencionado apenso, foram inseridos os demonstrativos relativos às TCEs com valor abaixo da alçada objeto dos Processos nºs 040.000.290/09 e 040.000.288/08, em que houve a responsabilização de servidores. Porém, não veio aos autos a demonstração da cobrança dos referidos valores. Em diversos contatos telefônicos, fomos informados que a CGDF possui setor responsável pela negociação e cobrança dos valores apurados em TCE, e que, em caso de impossibilidade do recolhimento, este Órgão encaminha a matéria para cobrança judicial ou para a dívida ativa. Também, em consulta ao SICOP (fls. 64-65), verificamos que os processos foram encaminhados à PGDF para cobrança judicial dos valores. Assim, entendemos que o Tribunal pode considerar satisfatórias as medidas adotadas nestes processos.

7.5. CONCILIAÇÃO BANCÁRIA (fls. 536-1197 do Apenso nº 040.001.811/13)

7.5.1. O organizador das contas juntou a documentação relativa às Conciliações e Saldos Bancários da Administração Direta do exercício de 2012. Não foi apontada qualquer irregularidade quanto à conciliação bancária.

7.6. FUNDO CONSTITUCIONAL (fls. 1198-1747 do Apenso nº 040.001.811/13)



7.6.1. O organizador destas contas anuais juntou cópias de diversos documentos relacionados à Prestação de Contas do Fundo Constitucional do Distrito Federal referente ao exercício de 2012. A Secretaria de Estado de Fazenda é a Unidade Jurisdicionada (UJ) responsável pela organização e apresentação conjunta das contas referentes às Unidades Jurisdicionadas consolidadas (Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde) e às Unidades Jurisdicionadas agregadas (Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Fundo de Saúde da PMDF e Fundo de Saúde do CBMDF). A Subsecretaria do Tesouro – SUTES/SEF recebe os recursos do FCDF oriundos do Governo Federal e os repassa às unidades gestoras executoras.

7.6.2. A execução orçamentária e financeira atinente ao Fundo é realizada diretamente no SIAFI pelas Unidades Gestoras integrantes do FCDF, no qual são acompanhadas e analisadas, mensalmente, as consistências das informações contábeis, sintéticas e analíticas, bem como a conformidade dos registros realizados pelos executores de cada unidade, de forma a obedecer ao calendário estabelecido pelo Governo Federal para o fechamento contábil.

7.6.3. Analisando a documentação referente à prestação de contas, não identificamos a prática de nenhum ato de gestão irregular atinente aos recursos alocados ao citado Fundo pelos dirigentes da SEF. Além disso, impropriedades porventura identificadas pela Corregedoria-Geral da União foram e/ou serão examinadas pelo TCU.



8. CONCLUSÃO

8.1. Acreditamos que a Corte possa considerar satisfatórias as medidas adotadas em sede dos Processos nºs 040.000.290/09 e 040.000.288/08, que tratam de TCEs com valor abaixo do de alçada, diante da cobrança judicial dos prejuízos apurados.

8.2. Entendemos que o TCDF deve, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. Marcelo Piancastelli de Siqueira, Adonias dos Reis Santiago e Paulo Santos de Carvalho e da Sra. Eunice de Oliveira Ferreira Santos, diante das falhas apontadas nos parágrafos 4.4.4 e 7.3.1 desta instrução.

8.3. Reputamos que a Corte possa, nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados nesta TCA, quais sejam os Srs. Ronaldo Camilo, Adão Nunes da Silva, Rufino José Batista e José Roberto Leitão e Silva Júnior, e a Sra. Márcia Pacheco Laboissieire.

Nesse sentido são as sugestões da Unidade Técnica, às fls. 76/78.

O Ministério Público, mediante Parecer nº 53/2016 – ML (fls. 79/90), acolhe parcialmente as conclusões da unidade instrutiva. No entendimento do *Parquet*, as impropriedades constantes dos subitens: 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.10 do Relatório de Auditoria nº 07-2014/DIRFI/CONAS/CONT-STC, fls. 2568/2590, podem macular a gestão em apreço.

Nesse sentido, o *Parquet* opina pela audiência dos gestores, para que apresentem suas razões de justificativa, tendo em conta a possibilidade de suas contas serem julgadas irregulares.

É o Relatório.



VOTO

Tratam os autos da Tomada de Contas Anual - TCA - dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos), referente ao exercício financeiro de 2012.

Conforme o Certificado de Auditoria nº 97/2014 – COMITÊ/CONT/STC (fls. 2597v – Apenso nº 040.001.811/13), o Controle Interno atestou a regularidade das contas, com as seguintes ressalvas:

SUBITENS	DESCRIÇÃO
1.1	Deficiência no planejamento orçamentário”
2.1	Ateste de execução contratual anterior à emissão de notas fiscais
2.2	Emissão de notas fiscais antecipadamente à prestação dos serviços
2.3	Ausência de datas nos atestes de notas fiscais
2.4	Ateste e quitação de faturas de serviços não contratados
2.5	Acompanhamento e fiscalização incipiente por parte dos executores”
2.6	Ordens de serviço encerradas sem anuência dos demandantes dos serviços
2.7	Inconsistências no processo referente à realização do evento denominado ‘IV Fórum da Subsecretaria da Receita
2.8	2.8 - Locação de equipamentos e contratação de serviços em desacordo com as reais necessidades da unidade”
2.9	Utilização de itens fora da ata de registro de preços
2.10	Ateste e pagamento de faturas desacompanhadas de relatórios mensais
2.11	- Ateste e quitação de fatura desacompanhada de documentações comprobatórias de não atendimento aos resultados exigidos
3.1	Pagamento indevido de auxílio creche
3.2	Ausência de declarações de não acumulação de cargos ou empregos públicos
3.3	Ausência de comprovantes de quitação eleitoral nas pastas funcionais
3.4	Intempestividade dos atos necessários para escolha dos conselheiros do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal



	– TARF/DF e em suas designações”,
3.7	Ausência de informações nas atas de reunião do TARF/SEF/DF
4.1	Ausência de placa de identificação em imóvel pertencente ao acervo da SEF”
4.2	Ocupação irregular de imóvel da SEF”, “4.4 - Uso indevido de veículos pertencentes à frota da SEF”,
4.3	Fragilidade nos controles de entrada e saída de veículos
4.4	Uso indevido de veículos pertencentes à frota da SEF
4.5	- Multa aplicada à SEF advinda da ausência de identificação do condutor do veículo
4.6	Veículos com pendências junto ao DETRAN/DF
4.7	Multas de trânsito pendentes de pagamento
5.2	Ausência de baixa na conta contábil 112299900 – Outras Responsabilidades em Apuração” e
5.3	“5.3 - Restos a Pagar Processados inscritos como Restos a Pagar Não Processados” não influenciam o mérito desta TCA

A análise realizada pela SECONT no PT II, às fls. 56/63, divergiu do posicionamento do controle interno com relação às impropriedades constantes dos subitens: 1.1, 2.1, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.11, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 5.2 e 5.3. No entendimento da SECONT, as falhas são de pouca relevância e não podem macular as presentes contas.

Por sua vez, o Ministério Público opina pela convocação em audiência dos gestores, senhores Marcelo Piancastelli de Siqueira, Adonias dos Reis Santiago, Eunice de Oliveira Ferreira Santos e Paulo Santos de Carvalho, em face das irregularidades que considerou graves constantes nos subitens: 2.1 (Ateste de execução contratual anterior à emissão de notas fiscais); 2.2 (Emissão de notas fiscais antecipadamente à prestação dos serviços); 2.3 (Ausência de datas nos atestes de notas fiscais); 2.4 (Ateste e quitação de faturas de serviços não contratados); 2.5 (Acompanhamento e fiscalização incipiente por parte dos executores”); 2.6 (Ordens de serviço encerradas sem anuência dos demandantes dos serviços) e 2.10 (Ateste e pagamento de faturas desacompanhadas de relatórios mensais).

Quanto aos subitens 2.1, 2.5 e 2.6, que o *Parquet* considerou como irregularidades graves, a unidade técnica apresentou as seguintes avaliações:



RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 07 -2014/DIRFI/CONAE/CONT-STC (fls. 2568-2590v*)	
2) ITEM 2.1	Ateste de execução contratual anterior à emissão de notas fiscais (fls. 2570-2570v*).
2.a) Síntese da impropriedade: Duas notas fiscais liquidadas, nos valores de R\$ 3.664,00 e R\$ 13.740,00, cujos atestes foram realizados antes da emissão dos documentos fiscais.	
2.b) Indicação do controle interno quanto ao reflexo nas contas: <input type="checkbox"/> Não influencia <input type="checkbox"/> Observação <input checked="" type="checkbox"/> Ressalva <input type="checkbox"/> Irregularidade	
2.c) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada: À fl. 2570v*, a SEF informou que o executor contratual e os demais executores foram alertados para que a falha não se repita doravante.	
2.d) Comentários: Entendemos que a matéria não deve influenciar o mérito desta TCA, pois implica culpa do executor contratual e não dos gestores arrolados nestes autos, bem como porque foram adotadas medidas corretivas e porque os fatos possuem pouca relevância frente à gestão como um todo.	
2.e) Sugestão quanto ao reflexo nas contas ou encaminhamento da matéria: <input checked="" type="checkbox"/> Não influencia <input type="checkbox"/> Observação <input type="checkbox"/> Ressalva <input type="checkbox"/> Irregularidade	
3) ITEM 2.5	Acompanhamento e fiscalização incipiente por parte dos executores (fls. 2573-2573v*).
3.a) Síntese da impropriedade: Foi nomeada uma comissão executora para acompanhamento do Contrato nº 21/11, firmado com a empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda., cujo objeto trata de serviços de TI complexos. Porém, somente o Presidente desta Comissão atestou as faturas pertinentes ao contrato.	
3.b) Indicação do controle interno quanto ao reflexo nas contas: <input type="checkbox"/> Não influencia <input type="checkbox"/> Observação <input checked="" type="checkbox"/> Ressalva <input type="checkbox"/> Irregularidade	
3.c) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada: À fl. 2573v*, a jurisdicionada indicou que o Presidente da Comissão Executora era o efetivo executor contratual, legalmente designado pela Ordem de Serviço nº 221/11, e que, nessa condição, podia e assinava isoladamente os relatórios de ateste.	
3.d) Comentários: Entendemos que a matéria não deve influenciar o mérito desta TCA, pois não há falha constatada no subitem, como reconhece o Controle Interno mesmo, ao afirmar (fl. 2573v) que as informações justificam a ausência das assinaturas dos demais membros da comissão executora. Portanto, remanesce apenas uma recomendação prudencial do Controle Interno, mas nenhuma impropriedade.	
3.e) Sugestão quanto ao reflexo nas contas ou encaminhamento da matéria: <input checked="" type="checkbox"/> Não influencia <input type="checkbox"/> Observação <input type="checkbox"/> Ressalva <input type="checkbox"/> Irregularidade	



4) ITEM 2.6	Ordens de serviço encerradas sem anuência dos demandantes dos serviços (fl. 2574*).
4.a) Síntese da impropriedade: Ordens de serviço relativas ao Contrato nº 21/11, ocorridas em janeiro e fevereiro de 2012, encerradas sem anuência formal do demandante.	
4.b) Indicação do controle interno quanto ao reflexo nas contas: () Não influencia () Observação (x) Ressalva () Irregularidade	
4.c) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada: À fl. 2574*, a SEF informou que o encerramento das ordens de serviço ocorreram por meio eletrônico.	
4.d) Comentários: Entendemos que a matéria não deve influenciar o mérito desta TCA, pois trata de falha formal com pouca relevância.	
4.e) Sugestão quanto ao reflexo nas contas ou encaminhamento da matéria: (x) Não influencia () Observação () Ressalva () Irregularidade	

Com relação aos subitens 2.2, 2.3, 2.4 e 2.10, que no entendimento do Ministério Público são graves, a Unidade Técnica concluiu que as irregularidades devem constituir ressalvas.

Verifico que, segundo o Ministério Público, os subitens que devem ensejar a convocação de audiência dos gestores, dizem respeito às diversas falhas identificadas na realização dos contratos pactuados pela administração.

Nesse sentido, é necessário alertar os atuais gestores da SEF/DF, que observem as normas contidas na Lei nº 8666/1993, sobretudo em relação à prerrogativa de fiscalização dos contratos administrativos pelo Poder Público, a fim de evitar futuros erros.

Em que pese o Ministério Público opinar pela audiência dos gestores responsáveis, entendo que a matéria foi devidamente analisada e debatida pela Unidade Instrutiva, razão pela qual, me posiciono pela constituição de ressalvas às contas em exames, com relação aos subitens: 2.2 - Emissão de notas fiscais antecipadamente à prestação dos serviços, 2.3 - Ausência de datas nos atestes de notas fiscais, 2.4 - Ateste e quitação de faturas de serviços não contratados, 2.9 - Utilização de itens fora da ata de registro de preços, 2.10 -



Ateste e pagamento de faturas desacompanhadas de relatórios mensais, 3.7 - Ausência de informações nas atas de reunião do TARF/SEF/DF e 4.3 - Fragilidade nos controles de entrada e saída de veículos do Relatório de Auditoria nº 07/2014 – DIRFI/CONAE/CONT/STC (fls. 2568-2590v do Processo nº 040.001.811/13).

Nesse contexto, entendo que a Corte deverá determinar que os atuais dirigentes da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos) adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades citadas acima, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes, na forma do art. 19 da Lei Complementar nº 01/94.

Ressalto que as impropriedades constantes dos subitens 1.1, 2.1, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.11, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 5.2 e 5.3 foram devidamente analisadas pela unidade instrutiva e não devem constituir ressalvas, uma vez que não caracterizam falhas de gestão.

Pelo exposto, em harmonia com a unidade técnica, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) da tomada de contas anual dos ordenadores de despesa e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos), relativa ao exercício financeiro de 2012, objeto dos Processos nºs 040.001.811/2013 e 040.001.165/13;
- a) da Informação nº 339/2015 (fls. 66/78);
- b) do Parecer nº 53/2016 – ML (fls. 79/90);



II. considere satisfatórias as medidas adotadas em sede dos Processos nºs 040.000.290/09 e 040.000.288/08, que tratam de TCEs com valor abaixo do de alçada, diante da cobrança judicial dos valores;

III. julgue regulares, nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, as contas dos Srs. Ronaldo Camilo, Adão Nunes da Silva, Rufino José Batista e José Roberto Leitão e Silva Júnior, e da Sra. Márcia Pacheco Laboissieire;

IV. julgue regulares com ressalvas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, as contas:

a) do Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, Secretário de Estado, por conta das falhas contidas nos subitens “2.2 - Emissão de notas fiscais antecipadamente à prestação dos serviços”, “2.3 - Ausência de datas nos atestes de notas fiscais”, “2.4 - Ateste e quitação de faturas de serviços não contratados”, “2.9 - Utilização de itens fora da ata de registro de preços”, “2.10 - Ateste e pagamento de faturas desacompanhadas de relatórios mensais”, “3.7 - Ausência de informações nas atas de reunião do TARF/SEF/DF” e “4.3 - Fragilidade nos controles de entrada e saída de veículos” do Relatório de Auditoria nº 07/2014 – DIRFI/CONAE/CONT/STC (fls. 2568-2590v do Processo nº 040.001.811/13), bem como pelas falhas indicadas no Relatório Analítico e Parecer Prévio às contas do Sr. Governador do Exercício Financeiro de 2012, quais sejam: “Descumprimento da meta fiscal de resultado primário, fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012”; “Ausência de metodologia para avaliar o custo/benefício das renúncias de receita e de outros incentivos fiscais”; “Inclusão, no orçamento local, de novos projetos sem que estivessem adequadamente atendidos programas de trabalho constantes do Demonstrativo de



Projetos em Andamento, bem como despesas com conservação do patrimônio público”; “Repasses à Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Fundo de Apoio à Cultura em montantes inferiores à dotações mínimas exigidas pelos arts. 195 e 246, § 5º, da LODF”; “Registro parcial de dívidas de unidades do GDF com concessionárias de serviço público”; e “Inconsistências nos saldos de precatórios e da dívida ativa e na apropriação de provisões para concessão de benefícios previdenciários pelo Iprev/DF”;

b) do Sr. Adonias dos Reis Santiago, Secretário de Estado, por conta das falhas contidas nos subitens “2.2 - Emissão de notas fiscais antecipadamente à prestação dos serviços” e “2.3 - Ausência de datas nos atestes de notas fiscais” do Relatório de Auditoria nº 07/2014 – DIRFI/CONAE/CONT/STC (fls. 2568-2590v do Processo nº 040.001.811/13), bem como pelas falhas indicadas no Relatório Analítico e Parecer Prévio às contas do Sr. Governador do Exercício Financeiro de 2012, quais sejam: “Descumprimento da meta fiscal de resultado primário, fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012”; “Ausência de metodologia para avaliar o custo/benefício das renúncias de receita e de outros incentivos fiscais”; “Inclusão, no orçamento local, de novos projetos sem que estivessem adequadamente atendidos programas de trabalho constantes do Demonstrativo de Projetos em Andamento, bem como despesas com conservação do patrimônio público”; “Repasses à Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Fundo de Apoio à Cultura em montantes inferiores à dotações mínimas exigidas pelos arts. 195 e 246, § 5º, da LODF”; “Registro parcial de dívidas de unidades do GDF com concessionárias de serviço público”; e “Inconsistências nos saldos de precatórios e da dívida ativa e na apropriação de provisões para concessão de benefícios previdenciários pelo Iprev/DF”;



c) do Sr. Paulo Santos de Carvalho, Subsecretário do Tesouro, por conta da falha contida no subitem “3.7 - Ausência de informações nas atas de reunião do TARF/SEF/DF” do Relatório de Auditoria nº 07/2014 – DIRFI/CONAE/CONT/STC (fls. 2568-2590v do Processo nº 040.001.811/13);

d) da Sra. Eunice de Oliveira Ferreira Santos, Subsecretária de Administração Geral, por conta das falhas contidas nos subitens “2.2 - Emissão de notas fiscais antecipadamente à prestação dos serviços”, “2.3 - Ausência de datas nos atestes de notas fiscais”, “2.4 - Ateste e quitação de faturas de serviços não contratados”, “2.9 - Utilização de itens fora da ata de registro de preços”, “2.10 - Ateste e pagamento de faturas desacompanhadas de relatórios mensais”, “4.3 - Fragilidade nos controles de entrada e saída de veículos”, 4.6 - Veículos com pendências junto ao DETRAN/DF” e “4.7 - Multas de trânsito pendentes de pagamento” do Relatório de Auditoria nº 07/2014 – DIRFI/CONAE/CONT/STC (fls. 2568-2590v do Processo nº 040.001.811/13);

V. nos termos do art. 19 da LC nº 1/94, determine aos atuais administradores da SEF que adotem as medidas necessárias a evitar a repetição das falhas apontadas;

VI. em conformidade com os termos da Decisão nº 50/98, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15/12/98, e em consonância com o art. 24 da LC nº 1/94, considere quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os servidores relacionados nos itens III e IV retro;

VII. aprove, expeça e publique os Acórdãos anexos;



VIII. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes e arquivamento e a devolução dos Processos nºs 040.001.811/13 e 040.001.165/13 à Secretaria de Fazenda do DF;

Sala das Sessões, 12 de abril de 2016.

PAULO TADEU

Conselheiro-Relator

DIGITALIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 113

Proc.: 24008/13

Waleska

ACÓRDÃO Nº/2016

Ementa: Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos). Exercício financeiro de 2012. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF nº	24.008/2013		
Nome/Função/Período	Marcelo Piancastelli de Siqueira	Secretário de Estado	1/1 a 3/9/12
	Adonias dos Reis Santiago	Secretário de Estado	13/9 a 31/12/12
	Paulo Santos de Carvalho	Subsecretário do Tesouro	1/1 a 31/12/12
	Eunice de Oliveira Ferreira Santos	Chefe da Unidade de Administração Geral	1/1 a 31/12/12
Órgão/Entidade:	Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos).		
Relator:	Conselheiro Paulo Tadeu		
Unidade Técnica:	Secretaria de Contas		

Impropriedades Identificadas:

SUBITEM	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS
2.2	Emissão de notas fiscais antecipadamente à prestação dos serviços	a) Marcelo Piancastelli de Siqueira; b) Adonias dos Reis Santiago; c) Eunice de Oliveira Ferreira Santos.
2.3	Ausência de datas nos atestes de notas fiscais	
2.4	Ateste e quitação de faturas de serviços não contratados	a) Marcelo Piancastelli de Siqueira; b) Eunice de Oliveira Ferreira Santos.
2.9	Utilização de itens fora da ata de registro de preços	
2.10	Ateste e pagamento de faturas desacompanhadas de relatórios mensais	
4.3	Fragilidade nos controles de entrada e saída de veículos	
3.7	Ausência de informações nas atas de reunião do TARF/SEF/DF	a) Marcelo Piancastelli de Siqueira; b) Paulo Santos de Carvalho.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 114
Proc.: 24008/13
Waleska

4.6	Veículos com pendências junto ao DETRAN/DF	a) Eunice de Oliveira Ferreira Santos.
4.7	Multas de trânsito pendentes de pagamento	

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, em:

I- com fundamento no art. 17, II, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 167, II, do Regimento Interno do TCDF, **julgar regulares com ressalvas** as contas dos responsáveis acima indicados.

II- com fundamento no artigo 24, II, da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, e da Decisão nº 50/98, considerar quites com o erário distrital os responsáveis acima nomeados.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s)

Representante do MP presente: Procurador(a)

Presidente

Relator(a)

Fui presente:

Representante do MP



ACÓRDÃO Nº/2016

Ementa: Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos). Exercício financeiro de 2012. Contas julgadas regulares. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF nº	24.008/2013		
Nome/Função/Período:	Ronaldo Camilo	Secretário de Estado Respondendo	4/9 a 12/9/12
	Adão Nunes da Silva	Subsecretário do Tesouro Substituto	23/2 a 8/3/12 10/9 a 24/9/12
	Rufino José Batista	Chefe do Núcleo de Almoxarifado	1/1 a 31/12/12
	José Roberto Leitão e Silva Júnior	Chefe do Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos	24/9 a 31/12/12
	Márcia Pacheco Laboissiere	Chefe do Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos	1/1 a 23/9/12
Órgão/Entidade:	Secretaria de Estado de Fazenda – SEF (incluso o Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos)		
Relator:	Conselheiro Paulo Tadeu		
Unidade Técnica:	Secretaria de Contas		

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, em:

- I- com fundamento no art. 17, I, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 167, I, do Regimento Interno do TCDF, **julgar regulares** as contas dos responsáveis acima indicados.
- II- com fundamento no artigo 24, II, da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, e da Decisão nº 50/98, considerar quites com o erário distrital os responsáveis acima nomeados.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de

Presentes os Conselheiros:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 116

Proc.: 24008/13

Waleska

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s)**Representante do MP presente:** Procurador(a)_____
Presidente_____
Relator(a)**Fui presente:**_____
Representante do MP

DIGITALIZADO